



ENTREVISTA — **GEORGES SEIGNEUR**, procurador-geral de Justiça do DF e presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPNG)

Atuação sem fronteiras

Ana Maria Campos,
Maria Eduarda Lavocat

A convite do procurador-geral da República, Paulo Gonet, será realizada em 10 de dezembro uma cerimônia de dupla posse no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O promotor de Justiça Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur assume o segundo mandato no cargo de procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, para o qual foi reconduzido pelo presidente

Lula, e a presidência do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPNG). Para essa função, Seigneur foi eleito por aclamação pelos colegas, chefes dos MPs nos estados.

Georges Seigneur, 46 anos, é promotor de Justiça há 22 anos. Mas seu vínculo com o MP começou antes, como servidor, entre 1997 e 2002, do Ministério Público Federal. No MPDFT, antes de chegar à Procuradoria-Geral de Justiça, em 2022, foi chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e assessor de políticas institucionais e assessor parlamentar da Procuradoria-Geral

de Justiça, cargos que exerceu nos mandatos da antecessora, Fabiana Costa.

À frente do CNPG, com mandato de um ano, Georges Seigneur pretende priorizar questões relativas a condições climáticas e o combate à criminalidade, especialmente a organizada e a cibernética. Uma das metas principais é a integração das unidades do MP para que trabalhem juntas nessas questões em que não têm fronteiras.

Nomeado em 2020 pelo então presidente Jair Bolsonaro, Seigneur figurou como primeiro colocado na eleição interna, com 276 votos de 376 eleitores, entre

promotores e procuradores de Justiça. Foi a maior votação na história do MPDFT, em disputa com apenas um adversário, o promotor de Justiça Antônio Suxberger. E agora Seigneur passou também pelo crivo do presidente Lula.

No segundo mandato do MPDFT, Seigneur afirma que pretende focar nos direitos humanos e o combate à criminalidade organizada. “No DF, há ainda outros desafios que estão no nosso radar, como a saúde, a segurança pública, a educação e a eficiência dos serviços prestados à população”, disse Seigneur, nesta entrevista ao *Direito&Justiça*.

Quais são os desafios ao assumir a presidência do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPNG)?

O CNPG foi criado em 1981 com a função de defender as prerrogativas institucionais do Ministério Público e trabalhar pela sua integração em todos os estados brasileiros. É um Conselho diferenciado, onde existe um forte sentimento de colaboração e comprometimento de todos os seus integrantes, que trabalham arduamente pelo aprimoramento da atuação do Ministério Público brasileiro. Tive uma participação ativa nos últimos dois anos, quando presidi os grupos de Acompanhamento Processual (GNP) e de Tecnologia da Informação (GNTI). É uma honra poder presidir o CNPG e penso que o maior desafio será fortalecer ainda mais a unidade do Ministério Público brasileiro.

Qual é a pauta principal do Conselho em 2025?

Além do fortalecimento da unidade do Ministério Público, eu posso mencionar as questões relativas a condições climáticas e o combate à criminalidade, especialmente a organizada e a cibernética. Veja que essas duas últimas demandam conhecimento altamente especializado, investimento contínuo em atualização tecnológica, além da colaboração

Ed Ferreira



interinstitucional. Esses são fatores essenciais para o êxito nas investigações e no combate à criminalidade. Nesse sentido, a cooperação entre os diversos ramos do MP é essencial para potencializar os recursos que possuímos e ampliar os resultados que buscamos.

Como você avaliou o processo de escolha do próximo mandato para chefe do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Pela primeira vez, houve apenas dois concorrentes...

O que eu percebo é que em outros Ministérios Públicos, a pacificação interna, por vezes, tem levado à apresentação de candidaturas únicas ou de apenas dois concorrentes, como vimos agora pela primeira vez na história do MPDFT. É claro que a participação de mais candidatos seria muito bem-vinda, pois isso enriquece o processo eleitoral, especialmente considerando o quadro altamente qualificado que temos no MPDFT, mas eu também vejo isso como uma forma de aprovação da gestão que empreendemos. Tivemos um debate interessante no qual foram apresentadas propostas e, ao final, concluímos que elas versam sobre projetos que já estão em desenvolvimento nesta administração, o que reforça nossa convicção de que estamos no caminho certo.

» Leia mais na página 2